



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0015342-56.2010.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Rescisão / Resolução**
 Requerente: **Thiago Talarico Gonçalves Rosa**
 Requerido: **G 2 Motors Veículos Ltda e outro**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 18 de agosto de 2014, faço estes autos
 conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.

Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 1583/10

VISTOS.

THIAGO TALARICO GONÇALVES ROSA ajuizou a presente
AÇÃO ORDINÁRIA DE RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE
VEÍCULO E ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA c.c OBRIGAÇÃO DE
FAZER, INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS E PEDIDO DE
ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. em face de **G2 MOTORS VEÍCULOS LTDA E**
BANCO SANTANDER BRASIL S/A, todos devidamente qualificados.

O autor afirma, em síntese, ter adquirido um veículo de G2 MOTORS, obtendo, para tanto, um financiamento concedido pelo banco corréu. Ocorre que ao tentar transferir o veículo para seu nome soube que o mesmo se encontrava bloqueado judicialmente por força da decisão oriunda da 1ª Vara Federal de Franca-SP. Assim, busca a rescisão do contrato de compra e venda, a resilição do contrato de financiamento, além da indenização por danos morais e materiais. Pediu a inversão do ônus da prova; antecipação da tutela para que seus dados não sejam incluídos no cadastro de maus pagadores e que não ocorra nenhum procedimento de cobrança no período da presente ação;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

requereu também o depoimento pessoal dos réus e oitiva de testemunhas a serem arroladas.

Juntou documentos às fls. 10/40.

Foi deferida a antecipação da tutela em despacho de fls.44/46, porém o corréu Banco Santander continuou debitando os valores correspondentes ao financiamento, descumprindo o despacho de fls.60.

Devidamente citado o corréu **Banco Santander** apresentou sua contestação às fls. 67/84, alegando, preliminarmente, ilegitimidade passiva por não ter responsabilidade nos fatos descritos pelo autor; requereu a extinção da ação sem resolução do mérito. No mérito alega não ter praticado ato ilícito e que não há como rescindir o contrato uma vez que não tem vícios; que não há que se falar em indenização por dano moral, por não haver nexo causal entre os fatos e o dano sofrido pelo autor. No mais, rogou a improcedência da ação.

A corré **G2 Motors**, devidamente citada, apresentou sua contestação às fls. 93/116, afirmando não ser parte legítima na ação já que a restrição foi incluída após a venda do veículo; assim, não deu causa ao ocorrido; requereu o chamamento ao processo da empresa FRIGORIFICO FRANCA BOI LTDA, como ex proprietária, por não ter comunicado a venda e compra do veículo. No mérito alegou que o autor recebeu toda a documentação para transferência do veículo, e que por sua culpa exclusiva ocorreu todo esse desgaste; que não há que se falar em rescisão de contrato de compra e venda e nem em condenação de danos materiais e morais. Pediu a improcedência da ação. Juntou documentos às fls.117/139.

Sobreveio réplica às fls. 144/146 e 148/151.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Pelo despacho de fls.165, 199, 227 foi determinado ao Banco réu cessar os descontos referentes ao financiamento e o estorno dos valores pagos pelo autor, sob pena de multa.

Em cumprimento ao despacho de fls. 179, foi feita a apreensão dos valores correspondentes as parcelas debitadas pelo Banco réu (fls.185).

Instados a produzir provas, pelo despacho de fls.195 o autor se manifestou em fls.219/221 alegando não ter provas a produzir; a corré G2 Motors se manifestou as fls.228/229 requerendo o depoimento pessoal do autor, e oitiva de testemunhas arroladas as fls.268/269 e inquiridas pelo juízo deprecado em fls.313 (315/316) e fls.354/355. O corréu Banco Santander não se manifestou.

Pelo despacho de fls. 360 foi declarada encerrada a instrução. O Autor apresentou memoriais às fls. 363/367, e a corré G2 Motors , apresentou alegações finais em fls.269/376 e o Banco Santander em fls.378/379.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

Da matéria alegada em **preliminar:**

Os **argumentos do banco** (corréu) no que concerne à ilegitimidade passiva, **não prosperam.**

O autor formulou pedido de rescisão do contrato de compra e venda de um veículo que somente se viabilizou em razão da cessão de um crédito concedido pela Casa Bancária, obviamente indicada pelo "garagista". Têm-se então **dois contratos coligados.**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Um dos contratos (compra-e-venda) tem influência no outro (crédito); a cessação de um faz cessar o outro.

Dessa forma, só se pode concluir que o desfazimento da compra e venda produzirá efeitos jurídicos sobre a cessão de crédito. Os requeridos – ambos - devem assim ocupar o pólo passivo respondendo cada qual em relação ao contrato que ajustou.

Nessa linha de pensamento se o Juízo deliberar a rescisão da compra-e-venda com a devolução do veículo, o financiamento realizado exclusivamente em função daquele negócio seguirá sua sorte.

Se o banco escolhe trabalhar juntamente com um comerciante que lhe encaminha os clientes para obtenção de crédito (e com isso LUCRA) deve se expor aos riscos desse negócio originário (compra-e-venda).

Outrossim, o "garagista" serve como intermediário do financiamento e atua perante o consumidor como preposto da financeira.

Nesse sentido, confira-se:

"Embargos infringentes – compra e venda de veículo – financiamento – rescisão do contrato precedente – legitimidade passiva da instituição financeira – embargos procedentes. A rescisão do contrato de compra e venda do veículo em razão da existência de vício oculto repercute sobre o contrato de financiamento efetuado com a finalidade de propiciar ao comprador recursos financeiros para a aquisição do referido bem, estando, assim, presente a legitimidade passiva da instituição financeira" (TJSP, 35ª, Câmara de Direito Privado, Embargos Infringentes n. 0004693-42.2008.8.26.0068/50000, rel. Des. CLÓVIS CASTELO, j. 17/11/2011, v.U.)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

No mérito:

Os pleitos rescisórios procedem.

A nota fiscal de fls. 12, revela que o autor **comprou o utilitário** da empresa **G2** em **19/03/2010** e, na mesma data recebeu da referida corre os documentos de fls. 127, 128, 129, 130 e 131 (a esse respeito temos nos autos depoimento prestado pela testemunha).

Na ocasião realmente não havia no sistema RENAJUD qualquer registro de restrição sobre o bem.

De qualquer maneira, os documentos carreados a fls. 28/29 indicam que o autor agiu com a diligência que dele era esperada já que passou a adotar os **atos tendentes a transferência pelo menos em 05/04/2010** ou seja, menos de 30 dias, considerada a data da venda; durante o procedimento administrativo é que veio ao conhecimento da autoridade de trânsito o **bloqueio de qualquer transferência, incluído em 20/07/2010** pela 1ª Vara Federal de Franca (v. fls. 33).

Quem vende um bem (especialmente comerciantes e fabricantes de veículos) deve fazê-lo útil ao fim a que se destina, ou ainda, **fazer boa a coisa vendida...**

Em ocorrendo evicção – como no caso – é direito do comprador obter a restituição do preço, ser indenizado das despesas do contrato e ressarcido de prejuízos. É o que diz o art. 447 do CC.

Assim, é de rigor o desfazimento do negócio voltando as partes ao “status quo ante”, até porque, não se coloca em dúvida que o autor está



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

privado da plena propriedade por ato de autoridade.

Também se aplicam ao caso os artigos 18, 12 e 13 do CDC. .

O valor que o autor pagou diretamente a ré G2 deve ser a ele devolvido por ela (G2 Motors) com correção a contar do desembolso e juros de mora a contar da citação.

O mesmo se aplica às importâncias discriminadas a fls. 08 com exceção dos danos morais.

Já o que a Casa Bancária desembolsou e entregou a sobredita corré deve ser acertado entre ambos em ação própria.

Por força do aqui deliberado o autor deverá devolver o veículo à G2 na prazo de quinze (15) dias, após certificado o trânsito em julgado desta decisão.

Em relação ao pleito de danos morais:

Estamos diante de um desacordo negocial, e não vislumbro maiores consequências aptas a justificar o arbitramento de danos morais.

A respeito cf. STJ – 3ª T. REsp 50.999/SC.

Hodiernamente, o que se vê é a banalização do instituto do dano moral. Qualquer discussão ou mero aborrecimento dão azo a ações de indenizações por danos morais, desamparadas de fundamento e desacompanhadas dos requisitos essenciais da responsabilidade civil e do dano moral.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Veja-se:

(...) Não há falar em indenização por dano moral se as sensações de dor moral não passam de mero aborrecimento. Não comprovando escorreitamente a autora os fatos constitutivos do seu direito (art. 333, inc. I do CPC) e restando, assim, indemonstrados os requisitos aptos a gerar o dever de indenizar, quais sejam, o evento danoso, o dano efetivo e o nexo causal entre o ato/fato e a lesão, é de ser negado o pedido de indenização por danos morais. (TJSC; acórdão 2007.014592-7; rel. Des. Mazoni Ferreira, data da decisão: 10/05/07, com grifos meus).

Confira-se, ainda:

CIVIL – Dano moral – CDC – Responsabilidade civil objetiva elidida – Inconfiguração – Ausência de prova de fato ensejador – Transtornos do dia a dia – Suscetibilidade exagerada. 1. A responsabilidade civil objetiva do fornecedor de serviços e/ou produtos fica elidida, porque cede diante da prova da inexistência de fato a dar ensejo ao dano moral reclamado. 2. Só deve ser capaz de causar efetivo dano moral, a ocorrência efetiva da dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade dos acontecimentos do cotidiano, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. 2.1. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazer parte do que rotineiramente acontece no nosso dia-a-dia, no trato com terceiros, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até mesmo no ambiente familiar, tais situações não são tão intensas, profundas e duradouras a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo e suficientes a lhe ensejar sofrimento interno e profundo no seu âmago, provocativo de dano moral que mereça ressarcimento. 2.2. Ao contrário, seria tutelar de forma distinta e inadmissível quem, fugindo à regra da normalidade das pessoas, possui exagerada e descomedida suscetibilidade, mostrando-se por demais intolerante. Recurso da ré conhecido e provido para julgar improcedente a postulação inicial, dando-se por prejudicado o recurso da autora (TJDF – ACJ nº 20.010.810.023.985 – DF – 2ª TRJE – Rel. Des. Benito Augusto Tiezzi – DJU 01.04.2002). Para que seja devida a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

indenização por dano moral é necessário que o autor comprove a efetiva ocorrência de prejuízo com a configuração de abalo moral ou psicológico do ofendido. (TAPR – AC nº 188.323-6 – 1ª C. Civil – Rel. Marcos de Luca Fanchin – DJPR 31/10/2002 – com grifos meus).

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL** para o fim de **declarar rescindidas** as duas avenças: compra e venda (entre o autor e a corré G2 MOTORS VEÍCULOS LTDA) e contrato de empréstimo com Garantia Fiduciária (entre o autor e o BANCO SANTANDER BRASIL S/A).

Via de consequência, a corré G2 MOTORS, deverá devolver ao autor, em quinze (15) dias, após o trânsito desta decisão, os valores por ele pagos, além de reembolsar a ele os valores que despendeu a título de Seguro (R\$ 1.067,73), IPVA (R\$ 787,40), taxa de licenciamento (R\$ 63,22), tudo com correção monetária a contar do(s) desembolso(s) e juros de mora a contar da citação.

O autor, por sua vez, deverá devolver o veículo à corré G2 MOTORS, no prazo de quinze (15) dias, após o trânsito em julgado desta decisão.

Deixo de acolher o pleito de danos morais, pelos motivos acima alinhavados.

No mais, ratifico a antecipação da tutela concedida a fls. 44/46.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15) dias**, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P. R. I.

São Carlos, aos 22 de agosto de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**